



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 28 DE FEVEREIRO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos! Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública do ano de 2018.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Publicação no *Diário Oficial* a partir de 16/02/18. Duas publicações em jornais de grande circulação: *O Estado de São Paulo*, dia 23/02/18 e *Folha de São Paulo* dia 26/02/18.

Essa audiência foi convocada para atender ao disposto no Art. 9º Inciso 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada trimestre.

Temos a presença dos Srs. Vereadores: Isac Felix e Soninha Francine. Foram convidados as seguintes autoridades: Secretário Caio Megale, da Secretaria da Fazenda; Marcos Chust, neste ato, representando Conselheiro João Antonio. Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e Ahamed Samer El Ktatib.

Com a palavra o Sr. Secretário Caio Megale.

Vou suspender a audiência por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Retomando a audiência pública, vamos à exposição do Secretário Caio Megale.

**O SR. CAIO MEGALE** – Bom dia a todos. Estamos começando mais uma audiência pública para cumprimento das obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a apresentação dos resultados quadrimestrais dos números das finanças do Município perante o Poder Legislativo. É uma obrigação e uma avaliação do cumprimento das metas fiscais,

conforme parágrafo 4º do Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Orador passa a referir-se a imagens em tela de projeção.

**O SR. CAIO MEGALE** – Vou começar falando um pouco das receitas. Vamos mostrar resultados consolidados do ano de 2017. A vantagem do terceiro quadrimestre é que podemos consolidar os números e ter uma fotografia geral de como foi o ano. Depois, passarei para as despesas; resultados – que é o consolidado entre receitas e despesas -, e falarei um pouquinho sobre dívidas, limites e cumprimento das metas.

As receitas consolidadas do Município se dividem basicamente em receitas de duas naturezas: receitas correntes e receitas de capital. Vou falar primeiro das receitas correntes, depois das de capital. Normalmente, as receitas tributárias e de outras naturezas podem ser destinadas a despesas correntes do Município.

As receitas correntes como um todo tiveram crescimento próximo de 10% no ano passado, 9,9%. Em 2016, o resultado foi de 46 bilhões, 132 milhões de reais. Em 2017, as receitas correntes somaram 50 bilhões, 682 milhões de reais. Esse resultado de 9% de crescimento parece um resultado bastante forte, e é na verdade, quando comparado ao ano ainda recessivo que tivemos ano passado. Mas eu achei dividirmos aqui entre receitas recorrentes e receitas não recorrentes. As recorrentes dão a dimensão daquelas receitas que de fato são relacionadas ao ciclo econômico, que de fato você consegue prever no começo do ano; e as não recorrentes são fundamentalmente receitas de parcelamentos, de levantamento de depósitos judiciais, fatos pontuais, que não se repetem a todo tempo e, portanto, não podemos contar com essas receitas para a execução normal das despesas correntes, que têm caráter continuado. Receitas não recorrentes não podem, não devem, a boa prática sugere que elas não devam respaldar despesas que tenham caráter continuado.

Com essa divisão, conseguimos enxergar mais claramente aquela dificuldade do ciclo econômico que nós tivemos no ano passado. Quando olhamos só para as receitas recorrentes, percebemos um resultado mais modesto, um crescimento de 5%, que foi um bom

resultado até, pois cresceu um pouquinho acima da inflação, considerando a inflação de 3%; e acho que seria ainda mais modesto se não tivessem sido os nossos esforços importantes nas fiscalizações semanais que a Receita Municipal fez durante todo o ano passado e continua neste ano, com o programa Nota do Milhão, que aumentou o número de 20% o número de emissão de notas fiscais e alguma retomada da economia no final do ano. Mas fundamentalmente as receitas recorrentes ainda seguiram, no ano de 2017, aquela performance morosa, freada por conta do ciclo econômico.

Os grandes destaques foram nas receitas não recorrentes. No ano passado, primeiramente lançamos o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI. Sempre que toco neste tema, reforço que esse não é um programa de gostamos de fazer a todo momento, pois acaba induzindo um comportamento não favorável ao pagador de imposto, que acredita que sempre vai ter um parcelamento incentivado à frente.

Naquele momento do ciclo econômico que vivemos em 2017, uma recessão prolongada que fez com que muita gente não conseguisse pagar impostos, e o início de uma retomada que sugeria um momento importante para tentar dar uma limpada nos balanços e ajudar na retomada da economia e também um momento difícil das finanças públicas, fazia sentido esse programa, que teve bastante sucesso e também foi ajudado por esta Casa, que fez a CPI, chamou os grandes devedores, que acabaram também aderindo ao trabalho, que teve dois lados e andou em paralelo, acabando contribuindo para que o resultado aparecesse. Tivemos uma arrecadação total de parcelamento de 2,3 bilhões no ano passado, e ainda há o parcelamento deste PPI de 2017 e, naturalmente, os parcelamentos anteriores que geram fluxo para frente.

Outra receita importante não recorrente foi o levantamento de depósitos judiciais. Fizemos um trabalho minucioso no ano passado, buscando aqueles depósitos judiciais que não haviam sido levantados, e a Constituição permite que o Município levante 70% dos depósitos judiciais do qual é parte para pagamento de precatório – essa é uma receita absolutamente

carimbada e, em grande parte, já foi e ainda vai ser destinada a pagamento de precatório, mas ela compõe as receitas correntes. Ambos impactos de despesas recorrentes aconteceram próximo do final do ano. O PPI terminou em novembro – grande parte dos ingressos foi no final do ano, e no resultado final do balanço da Prefeitura o *superavit* vai ser expressivo, porque está em cima dessas duas despesas não recorrentes que entraram no finalzinho do ano. Se não fossem elas, teríamos chegado bem perto da meta estabelecida.

Receitas de capital. Aí, sim, uma decepção bastante importante. Já havíamos identificado que haveria uma decepção em receitas de capital no início do ano e, de fato, houve uma queda de 22%, somando um pouco mais de um bilhão de reais, sendo que tínhamos no orçamento quase cinco; portanto, uma diferença bem grande. Depois vou mostrar onde houve surpresa para cima ou para baixo, *vis-à-vis* o que está sendo projetado. Então, no final das contas, tivemos uma receita total que somou 51 bilhões e 768 milhões de reais.

Este é um quadro parecido em que eu comparo, agora, sim, as receitas recorrentes e não recorrentes, receitas de capital, com o Orçamento, com a LOA – Lei Orçamentária Anual – aprovada no final de 16 para o ano de 2017. As receitas recorrentes superaram em 843 milhões de reais o projetado, mas as receitas recorrentes decepcionaram em 340 milhões. Então, apesar do nosso esforço bastante intenso para fiscalizar, aumentar a emissão de notas, a retomada da economia no final do ano, mesmo assim, as receitas recorrentes ficaram abaixo daquela que estava sendo projetada em mais do que 300 milhões de reais. Compensamos com esforços de parcelamento e os depósitos judiciais, que ficaram acima do esperado, de forma que as receitas correntes foram melhores, mas fundamentalmente por conta desses eventos pontuais.

A receita de capital, como eu falei, é uma decepção forte – quase 3 bi e 800 abaixo do que foi projetado –, razão pela qual muitos dos projetos e investimentos que estavam listados no orçamento de 2017 não puderam ser feitas porque estavam respaldado por receitas que já nos sugeria que não iriam acontecer, e de fato não aconteceram, e por isso não foram

possíveis de serem feitas.

No cômputo geral, as receitas totais ficaram perto de 3 bilhões de reais abaixo do que foi projetado no orçamento para 2017.

Aqui em abro em receitas tributárias, contribuições, receitas patrimoniais, de serviço. Acho que aí detalhe um pouco mais. Depois, vocês podem dar uma olhada nessa apresentação. Não vou entrar no detalhe desse gráfico porque quero entrar no detalhe do próximo, que mostra, aí, sim, as receitas tributárias, que é a nossa principal receita; como foi comportamento de cada um dos tributos. Aqui vale a pena dar uma olhada. Tributos e transferências, como é o caso do Fundo de Participação dos Municípios. Aqui vale a pena dar uma olhada com um pouco mais de detalhe.

O IPTU teve um crescimento de 10%, mantendo o ritmo dos anos anteriores – 2015, 10%; 2016, 16%; 2017, 105. Esse resultado, essa performance, tende a se repetir esse ano também, em 2018. Ainda é reflexo da revisão da planta genérica de valores feita lá em 2013-2014, que gerou um aumento importante de IPTU em algumas regiões da cidade, e gerou uma herança para as finanças do Município, uma arrecadação de IPTU que vem se mantendo robusta nos últimos anos.

O ISS mais acanhado, um pouco mais fraco, com 7%. Mas, se levarmos em consideração a inflação do período, foi um crescimento real até que bastante relevante. De novo, reflexo dos nossos esforços de fiscalização, Nota do Milhão e também retomada da economia no final do ano.

ITBI, 5%, um pouquinho acima da inflação. Aí tem o imposto de renda, que tem a ver com folha de pagamento, taxas tributárias, que cresceram 10%, mas representam muito pouquinho, com 300 milhões de reais. O Fundo de Participação dos Municípios também é muito pouquinho.

As maiores decepções no ano passado, e venho falando isso aqui nas outras audiências dos outros quadrimestres, foram os impostos estaduais. O ICMS, em que pese a

retomada recente da indústria, teve um desempenho... E o ICMS é importante. Se vocês olharem no volume total arrecadado, é a nossa terceira maior linha de arrecadação, depois do ISS e do IPTU. Então foram 3,8%, menos de 4%, basicamente em linha com a inflação. Ou seja, não tivemos crescimento real do ICMS. E os primeiros meses do ano, janeiro e fevereiro, eu já antecipo para vocês que também não está grande coisa, não, está mais ou menos parecido com essa performance – crescimento real perto de zero. E o IPVA teve recuo nominal, de 1,1%. Então é um volume importante – 2 bi e meio quase. Não teve uma boa performance.

No computo final de arrecadação tributária, crescimento de 6,5%, muito ancorada no IPTU e ISS, nossos dois principais impostos que continuam com uma boa performance, graças ao trabalho importante, bom da equipe da receita municipal, que fez um bom trabalho em 2017, mas também fez um bom trabalho em 16,15,14 é uma tendência que vem acontecendo e mostra esses resultados. Ainda estamos com dificuldade de ver uma retomada mais clara nos impostos que vem do governo estadual.

Gravem esse número do IPTU: 8 bilhões e 200 mil em 2017 para 2018 vai ser perto de 8 bilhões e 500 ou 600. Gravem esse número porque quando eu falar das despesas, a gente vai ver que para onde vão o grosso das despesas, como são financiadas o grosso das despesas do município. Receitas de capital, aquela queda de 22% que mencionei anteriormente. Operações de crédito ainda muito fracas, não representa muito, alienação de bens subiu bem, mas não representa muito. Quais são as duas principais linhas: transferência de capital e outras receitas de capital, as transferências aquele parque e transferências de outros entes, aí sim uma performance muito fraca, uma queda de 24% e 21,5% e isso explica a decepção com essas receitas de capital o que afeta fundamentalmente a capacidade de investimento do município para 2018. Estamos com uma expectativa de que as operações de crédito retomem e aqui vai mais uma menção também à gestão fazendária da gestão anterior que teve sucesso na renegociação da dívida, que permite voltar às operações de crédito. Em compensação a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional soltou um parecer dizendo que no

computo do endividamento do município não devemos olhar só a dívida, mas também os precatórios. Se incluirmos os precatórios nessa conta, aí o município volta para o estágio inicial para a captação de créditos, as operações vão ficar comprometidas. Estamos argumentando que não concordamos com essa mudança, o nosso ponto de vista não é um parecer muito robusto tecnicamente, vamos discutir, mas esse é um desafio para 2018.

Transferências de capital, principalmente convênios com Sabesp, transferências do PAC e as outras receitas de capital são outorgas onerosas, o Fundurb, que é a principal item dessa linha.

Vamos olhar para as despesas, já vimos as receitas, que tiveram um comportamento relativamente bom, fundamentalmente pelas receitas não recorrentes que entraram no final do ano, mas também pela performance da receita municipal do trabalho e da retomada da economia no final do ano.

—  
- Manifestação fora do microfone.

**O SR.** \_\_\_\_\_ – Muito obrigado. Você não estava aqui quando eu apresentei o detalhe dos números que reforça o bom trabalho que a Secretaria da Fazenda fez e vem fazendo nos últimos anos.

Despesas. Despesas correntes tivemos um crescimento de 6.6%. lembrem que as receitas correntes recorrentes cresceram 5%, um crescimento um pouco acima das receitas correntes e, portanto, tivemos que fazer um esforço adicional das despesas de capital, que sofrem com as receitas de capital que não vieram e também compensando um pouquinho das despesas correntes lá em cima, uma queda de 18%. O total geral do crescimento das receitas foi de 4%.

Queria chamar a atenção para um fato aqui. Vocês se lembram que as despesas totais cresceram perto de 10% e as despesas cresceram 4%. Receitas cresceram 10, despesas cresceram 4. Então, teoricamente, as receitas deveriam ter sido muito maiores do que as despesas, só que no computo final, a receita total foi igual á despesa total. Isso denota



que nós partimos e um patamar em que as despesas estavam acima das receitas. Então foi preciso crescer bem mais as receitas do que as despesas para que chegássemos a um equilíbrio. Lembram que o número da receita total é 51.7, mais ou menos, aqui é 51.4, isto é, conseguimos equilibrar as contas no final do período.

Abrindo um pouco as despesas, no próximo slide, aqui é o slide que queria chamar a atenção e retomar aquele número do IPTU. Pessoal, encargo de 5.7%, mas quando abrimos pessoal e encargo, o que é a maior linha de despesa do município, tem que ser, é o funcionamento. A folha de ativos representa 40%, ou seja, os servidores municipais, das receitas totais. Agora, tem uma discussão com o Tribunal de Contas do Município, que eu acho bastante válida, na cidade de São Paulo tem muitas atividades fim que são exercidas por não servidores, exemplo principal são as OSs da saúde, mas, também, alguns convênios de creches, alguns convênios da assistência social também. Não está nessa conta porque eles não são servidores. Aqui na conta de ativos são só servidores, e o Tribunal vem discutindo com a gente, vem nos pedindo para fazer um trabalho para incluir nessa conta o número... Uma estimativa que chegaria entre 45% e 50%.

Tem dois lados aí, primeiro que tem que considerar de fato esses encargos porque são atividades que não podem ser descontinuadas, são atividades que não são feitas por servidores estáveis, mas que não podem ser interrompidas. Mas, por outro lado você tem mais flexibilidade do que com servidores estáveis no manejo dessas folhas lá pela iniciativa privada. Então tem uma discussão que eu acho bastante saudável e importante para a transparência. Mas, de todo modo, ali da folha de ativos você tem toda razão, é uma das mais controladas do País. E vem crescendo pouco. Pelo menos nesse ano. Nos anos anteriores cresceu mais, mas esse ano, o ano passado, nós tivemos que ser um pouco mais severos por conta da restrição orçamentária e das dificuldades, cresceu 1.4%.

A nossa grande preocupação está na linha de baixo, que é a folha de inativos, que são os aposentados e pensionistas. Perceba que em 2014, não faz muito tempo, 2014 foi outro

dia, representava metade ali, 10.8 e 5.2, agora já representa mais, 8 contra 13.5. E vem crescendo a taxa, é um valor grande, quase oito bi, o ano passado, e vem crescendo a dois dígitos, taxa muito acelerada. Essa é uma preocupação relevante para as finanças do município nos próximos anos, porque se essa conta continua crescendo a esse ritmo ela vai tomando rapidamente o espaço de outras linhas do orçamento. O que eu falei para vocês, lembrarem lá do número do IPTU, porque hoje praticamente todo IPTU tem sido destinado para a previdência. Tem aquela impressão que o IPTU é um imposto que a gente paga para cuidar das vias, da iluminação, da segurança, na verdade, hoje, de nove em cada dez reais pagos para IPTU, nós estamos em época de pagamento de IPTU, vai para atender ao sistema de previdência. Em 2010, isso era 50%, hoje é quase 100% e, provavelmente, ano que vem, já vai superar.

Nós temos um projeto nesta Câmara e estou chamando atenção para esse fato porque é um debate importante que queremos trazer para a sociedade nesse início de ano.

Como funciona o sistema? O servidor contribui com 11%, a Prefeitura com 22%. Esses 22% também saem do Tesouro Municipal, então também são financiados por impostos.

Teoricamente, com os 11% do servidor e 22% da Prefeitura, o sistema deveria estar equilibrado, porém, esses 11% do servidor representa mais ou menos R\$ 1 bilhão e os 22% da Prefeitura representam R\$ 2 bilhões e poucos. Então, a soma dos dois representa perto de R\$ 3,5 bilhões para um total que chega perto de R\$ 9 bilhões. Portanto, entre contribuição patronal e a insuficiência, nós chegamos a R\$ 8 bilhões.

A insuficiência hoje é maior do que a soma da contribuição. Ou seja, nós teríamos que colocar mais do que o dobro do que já é contribuído para se equilibrar a previdência. E essa insuficiência vem crescendo. Há cinco anos, a insuficiência era de R\$ 1 bilhão; ano passado, foi R\$ 4,7 bilhões; e este ano, deve chegar acima de R\$ 5,5 bilhões. Cresce R\$ 1 bilhão por ano, e crescerá R\$ 1 bilhão por ano nos próximos anos.

São aproximadamente 100 mil aposentados e pensionistas; 120 na ativa. Temos

quase que um para um, ativo e inativo, por isso que essa insuficiência vai crescendo rapidamente.

Juros e encargos da dívida, também é uma conta relevante, de R\$ 1,2 bilhão, que vem crescendo, mas num ritmo pouco mais maneirado, de 5,4%; outras despesas correntes, um crescimento de 7,5%, abaixo do crescimento dos anos anteriores, mas ainda é relevante para uma inflação de acumulado no ano passado, de perto de 3%. O que está por trás dessas outras despesas correntes fundamentalmente são os convênios, que cresceram ano passado ainda num ritmo de 7%, 8%, 9%: convênios da assistência social, da saúde, da educação, atividades absolutamente cruciais da municipalidade, mas que vêm pesando no Orçamento. Então, no total, entre despesas correntes, tivemos um crescimento de 6,6%.

As despesas de capital, em contrapartida, tiveram que ser contidas, em parte, para compensar a insuficiência nas receitas correntes e, em sua maior parte, por conta da decepção das receitas. Fechamos no ano passado com investimento perto de R\$ 2 bilhões, uma queda de 34% frente ao ano passado; inversões financeiras, que representam 150%, R\$ 73 milhões; e amortização da dívida de R\$ 2 bilhões.

Amortização da dívida é uma receita de capital, os juros da dívida é uma despesa corrente, despesas totais de R\$ 4,7 bilhões, caindo 18% frente ao ano passado.

Consolidando receitas e despesas, tivemos uma retomada da despesa corrente não recorrente no final do ano, que são aqueles depósitos judiciais e o PPI, e isso nos traz uma reserva para fazer frente aos restos a pagar de 2017. Os restos a pagar de 2017 chegam perto de R\$ 2,4 bilhões, um resultado significativamente superior ao de 2016, ainda estamos avaliando o que de fato foi executado e o que não foi e o que está sendo cancelado. O ano passado o cancelamento foi da ordem de 500 milhões, esse ano talvez seja mais ou menos parecido. Seria um problema esses restos a pagar. Não fora. Aquelas receitas, especialmente a receita do PPI, que entrou no final do ano passado. As receitas do final do ano passado vão fazer frente aos restos a pagar, de forma que entramos no ano de 2018 basicamente

equilibrados, com os restos a pagar equiparáveis à sobra de caixa do Tesouro para os primeiros meses.

Próximo. Vamos, então, agora a resultados, dívidas e limites. Um orçamento de 54,7, o orçamento realizado foi de 51,7 – aí agora eu chamo a atenção, aqui tem consolidado aquela receita e despesa que eu mencionei anteriormente. Despesas cresceram seis; receitas cresceram dez, mas no final das contas elas ficaram bem parecidas. Receitas de 51,7; despesas de 51,4. Chegamos num final relativamente equilibrado, com um resultado entre despesas e receitas no final do período de 350 milhões de reais, bem perto do zero a zero. 350 milhões de reais representam mais ou menos um terço de uma folha de pagamento, então é um resultado bem equilibrado.

Resultado primário, receitas correntes de 49,9; receitas primárias de capital de quase um bi; receita primária total de 50,1 para despesas primárias empenhadas totais de 48,1 temos um resultado primário de 2,7 significativamente superior à meta definida pela LDO. Mas, aí eu chamo a atenção de novo para aquele ponto que falei lá atrás. O resultado bem no finalzinho de receitas não recorrentes, PPI e depósitos judiciais, que jogaram as receitas para a frente e vão fazer frente aos restos a pagar, que nós temos para esse início de ano.

Próximo. Aqui uma evolução trimestral do resultado primário. Tivemos um resultado primário no primeiro trimestre, que foi em linha com os primeiros trimestres dos anos anteriores, exceção feita em 2015, que foi um pouco mais forte. Um segundo quadrimestre, que foi um momento que nós precisamos fazer um ajuste um pouco mais firme, ter um resultado bem melhor que dos últimos três anos, só perde para 2013. E no último quadrimestre o resultado, que é historicamente negativo, o nosso foi menos negativo por conta daquelas entradas não recorrentes do final do ano que eu venho mencionando aqui.

Próximo. Resultado histórico primário, essa é mais ou menos a mesma coisa, só que agora é acumulado no ano.

Pode passar. Dívida. Ficamos com uma dívida total no final do período, esse é um

ponto importante para chamar a atenção, conseguimos fazer uma redução adicional da dívida consolidada de 47,2 no final de 2016 para 44,8 no final de 17, essa é a dívida consolidada em primeira linha. Dívida consolidada líquida tirando as deduções, caindo de 41,5 para 37,9. O resultado nominal, portanto, é um resultado de redução da dívida da ordem de 3 bi e 600. O resultado nominal menos a meta com o resultado positivo de 3,3.

Pode passar. Aqui é a mesma coisa, mostrando a redução visa a meta e tem duas questões, não só aquelas receitas recorrentes do final do ano passado, como um desempenho das despesas de fundos, especialmente as operações urbanas, que são aqueles pontos que vieram de receitas anteriores ao ano de 2017. As despesas não aconteceram totalmente em 17, então isso gerou um efeito menor do que o esperado aqui no nosso resultado nominal, mas foi um resultado que atendeu às necessidades de redução gradual do endividamento do Município.

Próximo *slide*. Aqui o consolidado da dívida, como eu falei, a redução gradual ao longo do tempo. Tínhamos uma meta de 47, conseguimos reduzir mais a dívida do que a meta sugeria.

Próximo. Em termos de limites, aí vêm aqueles números que o Presidente estava me perguntando, despesas com o pessoal 37,08, um dos menores do Brasil de fato, estamos longe do limite máximo e longe do limite prudencial, mas chamo a atenção para aquela discussão com o Tribunal de Contas de novo sobre a inclusão das atividades fim, que não são feitas por servidores do Município. Garantia de valores, 22% da receita corrente líquida e as operações de crédito praticamente zeradas. Fizemos muito pouca operação de crédito no ano passado. Temos como objetivo fazer operações de crédito esse ano para retomar a capacidade de investimento do Município, mas restam aquelas discussões com o Tesouro Nacional sobre a questão dos precatórios. É uma discussão que vamos fazer ao longo desse ano. De qualquer maneira, temos algumas operações, uma inclusive aprovada pelo Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, que é uma operação de cem milhões de dólares,

com o BID para a saúde. Estamos em conversas com o BID para acertar essa operação. Se não tivermos mais problemas com o Tesouro Nacional lá por volta de agosto desse ano já vamos começar a ver essa operação sendo executada

Finalmente, em termos de dívida, está aqui a importante renegociação da dívida feita no ano de 2015 para o ano de 2016, que reduziu a dívida total e nos trouxe de volta a capacidade de endividamento e de 2016 para 2017 continuamos nessa tendência, reduzindo um pouco a dívida.

Em linhas gerais, esses são os números do ano de 2017. Esse material fica à disposição e eu fico agora aqui à disposição para perguntas, tanto da Comissão de Finanças, quanto da plateia. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Anuncio a presença dos Vereadores Ricardo Nunes, Adriana Ramalho. Terminada a exposição do Sr. Secretário ouviremos os Srs. Vereadores, já permitindo que abram as inscrições para quem quiser se pronunciar.

Tem a palavra a Vereadora Soninha Francine.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Primeiro uma pergunta sobre um valor nominal que não é significativo, mas que tem uma variação tão grande de um ano para o outro, que é a alienação de bens, está na página 8.

Outra pergunta, aí sim sobre valores significativos. Um valor que impactou e impacta todo ano, vem crescendo todos os anos e esse ano fez muita diferença foi o subsídio ao transporte público, a compensação tarifária. E se tem uma expectativa com os próximos contratos, uma reorganização do sistema de diminuir a necessidade, a previsão do subsídio. Era só isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu não me lembro, Secretário, se no momento em que saí foi detalhado o que custa a previdência, o que custa o subsídio ao transporte. Você não fez esse... Eu acho que foi até um ato falho, seria interessante a gente colocar o que representa dívida, precatórios. Já fica uma pergunta: dívida, precatórios, subsídio ao transporte

e subsídio ao Iprem? Acho que esses são os principais itens e investimento. Você falou que foram 4 bi de investimentos?

**O SR. CAIO MEGALE** – Quatro bi foi despesa de capital, mas a maior parte disso...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu não vi o valor também que investido em infraestrutura. Dois bi?

**O SR. CAIO MEGALE** – Foram 4 bi de despesa de capital, sendo 2 bi para pagamento de dívida e 2 para investimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Estou ansioso para saber o que vai acontecer esse ano, mas vou me segurar um pouco, Ricardo Nunes, e me ater ao que aconteceu. Era só essa a dúvida, já fica uma pergunta.

Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Minha pergunta é rápida, só queria saber se posso ter uma cópia desse documento.

Caio, estou sem os dados aqui, mas fui pelo que assisti de sua apresentação, restos a pagar 2,4 bi, né? Acho que deu 51,7 de receita; 51,3 ou 4, se não me engano, de despesa; superávit de 300, 400 milhões. Agora, 2,4 de resto a pagar estão dentro do valor de receita e de despesa que você colocou? E tem 2,4 bi de resto a pagar?

**O SR. CAIO MEGALE** – Mas, estão dentro das despesas empenhadas.

**O SR. RICARDO NUNES** – Estão dentro dos 51,4? Ah, tá, era só isso. Agora, é muita coisa, né Caio? Historicamente, 2,4 de resto a pagar... basicamente de que é? De grosso, de modo geral?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Deu quase 3 bi entre despesa e receita.

**O SR. RICARDO NUNES** – Não, pela apresentação do superávit, ficou 2,4 de resto a pagar.

**O SR. CAIO MEGALE** – Os 2,4 de restos a pagar estão dentro dos 51,4 de despesas totais.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ricardo Nunes, outro dia ele entrou no final com o PPI, não deu tempo de gastar.

**O SR. CAIO MEGALE** – O que são os restos a pagar? São as despesas empenhadas no final do ano, que não foram liquidadas, principalmente porque, por exemplo, tivemos uma atividade de asfalto, o asfalto novo acelerou a partir de novembro. Então, novembro e dezembro a gente teve atividade grande de asfalto, foi empenhado, só que essas intervenções terminaram agora em janeiro e fevereiro, estão sendo medidas e vão ser pagas. Então, boa parte estava empenhado no final do ano. Teve uma aceleração da atividade no final do ano, que reflete esses restos a pagar, que devem ser liquidados agora, os o que não forem cancelados vão ser liquidados agora no começo do ano.

O que ficou equilibrado, Ricardo, é que os restos a pagar ficaram exatamente no mesmo volume da sobra de caixa do Tesouro por conta do PPI e dos ingressos de depósitos judiciais do final do ano. Então, a gente vai conseguir fazer frente a esses restos a pagar, por conta dessa sobra de caixa, de forma que o resultado final do exercício, olhando as despesas empenhadas foram esses 300 milhões que você mencionou.

**O SR. RICARDO NUNES** – Pelos dados aqui estamos muito tranquilos, com exceção do que você falou do subsídio do transporte e do déficit da previdência, o resto o caixa está bem equilibrado, dá para liberar as emendas dos Vereadores.

**O SR. CAIO MEGALE** – Como é?

**O SR. RICARDO NUNES** – Com exceção de precatório, que é judicial, não tem jeito, mas do subsídio, que vem aumentando e o déficit da previdência, de resto, o caixa está bem saudável e dá pra liberar as emendas dos Vereadores. Era isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Os dados são muito positivos, estamos vivendo, a cidade de São Paulo é diferente do País, é só notícia boa. Eu tenho dito pra você, Secretário, a diferença do que arrecadou do que gastou é de 3 bi; e Restos a Pagar são 2,7. É matemática simples, superávit de 350.



**O SR. CAIO MEGALE** – É que os Restos a Pagar têm de ser pagos.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – No final, pagas as contas, sobram 300 milhões, certo?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sabe aquela coisa do português da padaria, é assim, é simples. O Orçamento é uma peça mais fácil de entender do que a gente imagina, não é isso? Até o Secretário é bem didático em suas colocações.

**O SR. CAIO MEGALE** - De fato, os resultados são melhores do que os da média do País por conta, eu diria, da valorosa equipe da Receita, do Tesouro Municipal, da Fazenda Municipal, e dos excelentes trabalhos que estão sendo feitos pelos últimos secretários da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu continuo elogiando a capacidade de arrecadação e criticando duramente a incapacidade de investimentos na cidade de São Paulo.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Mas se tivesse investido mais não pagava as contas. Só sobraram 300 milhões, no final de tudo, e 300 milhões se investe em quê? Em quase nada!

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Os 2.700 de Restos a Pagar foi porque deixou, podia ter empenhado, podia ter feito. Sofremos com buraco, com mato alto, com semáforo quebrado. Eu tenho esse conceito, acho que é um erro, a população sofreu o ano inteiro porque tinha dinheiros e não gastava, eu sempre tenho dito isso.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Não tinha, passou a ter em novembro/dezembro com as entradas de PPI e do que mais? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Carimbaram, carimbaram. Não há inscritos da plateia. O Secretário ainda está no raciocínio? (Pausa)

**O SR. CAIO MEGALE** - Posso entrar nos pontos que já foram comentados.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora Adriana Ramalho quer se

manifestar? Aguarda. (Pausa) Tribunal de Contas? Pois não.

**O SR. MARCOS CHUST** - Durante o exercício de 2017 houve uma preocupação séria do Tribunal, se a Prefeitura ia fechar com a questão dos recursos livres. Os recursos livres estavam, vamos dizer assim, secando e havia uma preocupação muito forte do Tribunal se não haveria um problema financeiro sério com os recursos livres, ao final do exercício.

A Prefeitura realmente, acho que foi um ano difícil, ela realmente teve de fazer economia, e foi salva, de certa maneira, pelo PPI e pelo depósito judicial, que foi uma entrada muito forte ao final do exercício.

Quero dizer que atuaram com bastante responsabilidade fiscal, as metas foram atingidas, a situação está bem mais confortável hoje do que era, vamos dizer, no começo de 2017.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Só mais uma coisa, Secretário: estamos falando em final do ano, exatamente quanto entrou via PPI, mês a mês, no final do ano?

**O SR. RICARDO NUNES** – Caio, deixe-me aproveitar a pergunta da Soninha e do que falou o Marcos do Tribunal de Contas, se nós não tivéssemos feito então o PPI estaríamos numa situação em vermelho, no vermelho? Esta é uma audiência importante, a gente precisa sair daqui com esse cenário muito claro. Se não tivesse tido o PPI estaria no vermelho, é isso?

**O SR. CAIO MEGALE** – Não estaria no vermelho porque não teríamos deixado chegar no vermelho, mas teria realizado muito menos despesas do que foram realizadas, impondo sacrifícios.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Falamos do segundo PPI, não é Vereador Ricardo Nunes? É do PPI objeto da CPI.

**O SR. RICARDO NUNES** – Ano passado entrou 1,2 bi a vista, não foi isso, Caio? Um bi e duzentos, se não me engano, a vista. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Houve impacto forte sobre o resultado da CPI que V.Exa. e o Vereador Isac fizeram.

**O SR. RICARDO NUNES** – A gente precisa sair daqui com o cenário de que, se não houvesse o PPI, estaríamos em situação bastante crítica, e nós estamos falando que o caixa está legal. Veja os números: 9,9 de IPTU, deve ser o nominal, deve ter dado uns 7 de valor real; 6,8 ISS, valor nominal; e mais as despesas que, de um lado, cresceram muito. Precisamos sair daqui, como Comissão de Finanças – claro, se eu estiver errado o Caio me corrige -, se não tivesse o PPI, e este ano não vai ter, vamos ter somente daqui quatro anos. Então outras medidas vamos ter de tomar junto com o Executivo pra equilibrar o caixa e chegar em dezembro de forma saudável. Esse é o cenário, me parece.

**O SR. ISAC FELIX** – Presidente, dentro do estamos discutindo quanto ao PPI, nós tivemos – eu, como relator da CPI da Dívida Ativa, dos Grandes Devedores, Ricardo Nunes nosso Vice-Presidente – foram muitas dificuldades com a lista dos grandes devedores. Tinha devedores inscritos que não estavam devendo; e os verdadeiros devedores, alguns não apareciam na lista. Outra dificuldade, as cobranças judiciais. Propomos no relatório a integração entre as secretarias e a Secretaria de Finanças. E vocês sofreram muito porque os procuradores, houve acomodação deles, deixaram passar muita coisa batida.

Uma das sugestões é que no ano de 2018 haja essa integração entre as Secretarias. A própria Prodam está meio capengando quanto à questão do seu sistema, principalmente o sistema de integração de dívidas. E a Prodam teria de ser o nosso carro-chefe pra nos dar os números e a tecnologia que nos ajuda muito.

Só queria deixar claro isso e, principalmente, os nossos procuradores. A Secretaria de Finanças tem de ir *pra cima* desses caras aí.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretário, com a palavra.

**O SR. CAIO MEGALE** – Deixe-me começar respondendo às questões da Vereadora Soninha Francine e vou me apoiar nos comentários do Ricardo Nunes que tem a ver.

A Vereadora me perguntou sobre subsídio ao transporte público. Eu não estou com

o gráfico aqui – apesar de já ter mostrado nesta Casa muitas vezes, mas ele representava mais ou menos 800 milhões de reais, em 2012; subiu para 2,9 bi no ano de 2016; o ano passado, ficou exatamente em 2,9 bi, foram pagos exatamente 2,9 bi. Chamamos as empresas, fizemos uma negociação com elas envolvendo duas pontas. Até é bom reforçar esse ponto, mas foi amplamente divulgado à época, e como parte reflete no que estamos pagando em 2018, é bom lembrar dessa conversa.

**O SR. RICARDO NUNES** – Caio, sem querer atrapalhar e atrapalhando: tem Restos a Pagar de subsídio? Ou fechamos o subsídio em 2,9?

**O SR. CAIO MEGALE** – É disso que vou falar agora.

**O SR. RICARDO NUNES** – Desculpe-me.

**O SR. CAIO MEGALE** – Se nós negociamos com as empresas, por que subiu tanto o subsídio? Eu diria que por três razões. Primeiro, pelas gratuidades e aí elas se dividem: estudantes, idosos; e a para idosos reduziu de 65 anos para 60 anos. Então hoje os dados de SPTrans mostram que o número de passageiros entre 60 e 64 anos é exatamente igual ao número de 65 anos para cima, ou seja, o volume bastante grande de pessoas, dobrou o subsídio nessa faixa. Não estou entrando no mérito, é importante o subsídio, tem impacto social e também financeiro. Também o subsídio ao estudante que de meia-passagem pulou para oito viagens gratuitas ao dia, e nós reduzimos, ao longo do ano, para duas viagens pra segurar um pouco a despesa e faz sentido as duas viagens: vai a escola e volta da escola, como é o padrão em outras cidades.

Com essas ações, com o aumento, normalmente as pessoas falam, o Prefeito não aumentou a passagem no primeiro ano e gerou déficit. Não aumentamos, de fato, como era promessa de campanha não ter aumento na passagem principal, mas as integrações foram reajustadas e gerou compensação, de forma que conseguimos equilibrar o subsídio exatamente igual ao de 2016.

Então há os Restos a Pagar do subsídio de 2017 para 2018, que ficou em 2,9. O

problema é que o subsídio de 2016 de 2,9, só foi pago à SPTrans apenas 2,55, ou seja, faltaram 350 milhões de 2016 a serem pagos. Nessa negociação, o que acertamos é que a diferença de 2016 – que não foi paga – seria paga em parcelas em 2018. Foram 300 milhões de reais renegociados a serem pagos este ano referente ao ano de 2016.

Em 2016 os recursos acabaram no começo de novembro, então novembro e dezembro não foi pago o subsídio. A diferença está sendo paga agora em parcelas de 30 milhões reais mensais, em 10 meses. O subsídio é mais ou menos de 250 milhões por mês, um mês e meio sem pagar dá esse valor, 350 milhões. Essa dívida – e não é uma dívida -, essa diferença está sendo equacionada a partir de agora. De fato, o aumento do subsídio, que acaba sendo despesa de custeio, foi uma das razões pelas quais o Orçamento de investimento ficou comprimido nos últimos anos.

A Vereadora também me perguntou sobre alienação de bens, que subiu de 10 para 23. A variação é grande, mas depende da quantidade de imóveis que você consegue vender, dos ativos que você consegue vender, depende da atividade econômica. Como 2016 foi um ano muito ruim quanto à atividade econômica, despencou pra 10; em 17 melhorou um pouquinho, fizemos esforço na área, retomou, mas está longe do que se conseguiu em 2015.

Em termos de abertura das despesas, a gente podia voltar, abrir no gráfico onde há uma tabela de despesas e há algumas sobre as quais você me perguntou: dívida, precatório. Deixe-me pegar na minha tabela. (Pausa)

**O SR. RICARDO NUNES** – Caio, pra gente não aparecia esse negócio de 300 milhões de 2016.

**O SR. CAIO MEGALE** – Em todas as apresentações, nos artigos públicos que escrevi, sempre mencionei a diferença: 2,6 foi pago, 2,9 foi o apurado, faltavam 300 milhões a serem pagos em algum momento.

**O SR. RICARDO NUNES** – Aparecia então 2,9? A Secretaria lançava 2,9?

**O SR. CAIO MEGALE** – Não, não foi empenhado, não foi pago. (Pausa) Nós até

recebemos ofício do Tribunal de Contas perguntado por que não foi pago e a resposta...

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Engraçado, Vereador, eu também não lembrava, não tinha registrado que de 2016 para 2017 tinha ficado a descoberto 300 milhões, não me lembrava também não... Não imaginava que batia quase nos 3 bi em 2016.

**O SR. CAIO MEGALE** – Abrindo um pouco o que o Vereador me perguntou – ele não está, mas vou responder – abrindo as despesas, tivemos despesas com dívidas, juros e encargos da dívida. Aqui estão as Despesas Correntes – estão na ordem de 1,2 bi; amortização de dívida, que é despesa de capital, ficou na ordem de 2 bi. Então dívidas totais: 3,2 bi. Aqui não entra precatório. Precatório é um outro bi, 1,5 bi, mais ou menos. Está em outras despesas correntes.

Então, dívida. Amortização: 2 bi. Juros: 1,2 bi; Precatório: 1,7 bi. De forma que o total chega perto de 4,5 bi, a dívida precatória, que foi uma das perguntas.

A outra pergunta era sobre subsídio de ônibus, já mencionei.

Previdência. A despesa total, no ano de 2017, foi 4,7 bi de insuficiência, que somados com a contribuição patronal, chegamos perto de 8 bi. Para 2018, esta diferença deve subir, pelo menos, 1 bilhão de reais. Então, em 2018, chegaremos a 9 bi, que é o que arrecadamos de IPTU. Hoje, o IPTU é destinado... Se olharmos os ativos e inativos, os ativos são muito parecidos com o ISS e os inativos muito parecidos com o IPTU. Então, a grosso modo, ISS e IPTU, que são os dois maiores tributos municipais, são suficientes para fazer frente aos ativos e inativos da Prefeitura.

Investimento, por fim, chegou a 2 bilhões de reais – 1,987 bi -, significativamente menor que 2014. Vamos voltar e fazer essa comparação de 2017 para 2014. Em 2014, 4,2. Em 2017, 2. Para onde foram esses investimentos? Subsídio do ônibus, que pulou de 1 para 3; a insuficiência da Previdência pulou de 2,5 para perto de 5. Só essas duas variações levaram boa parte da capacidade de investimento. E um terceiro crescimento, que é importante, é o custeio das atividades sociais - Saúde, Educação e Assistência -, que vem crescendo, ao longo do tempo, por conta da inflação e por conta da abertura de equipamentos. Nos últimos 10 anos, foram abertos muitos equipamentos na Saúde, na Educação e na Assistência Social, todas atividades muito importantes. Mas a abertura de equipamentos significa uma continuidade de custeio para os anos seguintes, que também gerou uma compressão do

investimento. Como foi um período em que a arrecadação não foi bem, recessão de um lado, do outro o aumento do subsídio do ônibus, o aumento da insuficiência da Previdência e o aumento do custeio dos equipamentos sociais, gerou esse resultado.

**O SR. RICARDO NUNES** – Um aparte, só para poder entender.

O investimento está em 2 bilhões. O resto a pagar está 2,4. Então, esse resto a pagar eu estou achando muito alto. Por isso que eu não estou me sentindo convencido desse...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É o asfalto novo, né.

**O SR. RICARDO NUNES** – Então é investimento, não é custeio.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O interessante é detalhar. Sobrou, não deu tempo de executar...

**O SR. RICARDO NUNES** – Mas o que eu queria saber é o seguinte: o que tem de investimento e de custeio no resto a pagar, porque se for investimento, vamos aumentar o nosso investimento, ali, de 2 para 4,4.

Do subsídio, o Caio está falando...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Só o que está parcelado, ele falou que tem um compromisso.

**O SR. RICARDO NUNES** – Então, 300 milhões vai pagar este ano, que era de 16.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Previdência, tudo pago, obviamente. A dívida também está paga. Então, 2,4 bi de resto a pagar que não tem custeio aí.

É pasta de Assistência, de Educação, foi tudo resolvido também, ou consta nisso?

**O SR. RICARDO NUNES** – Eu não estou entendendo o que é custeio e o que é investimento.

**O SR. CAIO MEGALE** – Nós podemos abrir esse restos a pagar. E esse “Restos a Pagar” não é só de Tesouro, não. Tem das operações urbanas, tem do Fundurb.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A gente consegue esse detalhamento, né.

**O SR. CAIO MEGALE** – Rapidamente, rapidamente. É só a gente pedir lá.

Por exemplo, uma coisa que está no “Restos a Pagar” aqui, que normalmente não está, nós empenhamos, no ano passado já, os uniformes escolares, para não atrasar.

**O SR. RICARDO NUNES** – Entendi. O que é importante para a gente da Comissão, aqui, é o seguinte: o que a Cidade está tendo de capacidade de investimento. Porque temos de ter um volume de investimentos. Se temos 2 bi de investimento, se temos 2,4 de restos a

pagar, eu só queria entender o que tem de investimento no 2,4, porque se for 1, vamos para 3 de investimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu tenho uma interpretação de que não investi 2,3, não. Não investi. Está dentro disso.

**O SR. RICARDO NUNES** – Não Jair. Está ali.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Onde colocou? Vamos lá. Não teve obra de infraestrutura, então está dentro disso.

**O SR. CAIO MEGALE** – É porque aqui são as despesas empenhadas. Então, os restos a pagar são as despesas empenhadas que não foram liquidadas. Então, está aqui dentro.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, no ano passado, não investi 2,3. Não teve investimentos de infraestrutura de 2,3.

**O SR. CAIO MEGALE** – Teve.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não executou.

**O SR. CAIO MEGALE** – Não. Não pagou. Foi empenhado e executado. Só não foi pago.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Quando se fala em despesas empenhadas, inclui-se o total: as que já foram pagas e as que estão empenhadas e têm de pagar agora.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, tem uma parte dentro disso, né.

**O SR. CAIO MEGALE** – Restos a pagar são despesas empenhadas que não foram liquidadas naquele ano.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vamos encerrar?

Eu só queria agradecer, mais uma vez,...

**O SR. CAIO MEGALE** – Só para fazer um compromisso aqui. Ficou o compromisso de abrir esses restos a pagar todos e enviar, aqui, à Comissão de Finanças, se possível ainda hoje, com todos os detalhes.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu agradeço o Marcos Chust, mais uma vez, que representa o Tribunal de Contas; o Secretário.

Secretário, só a título de informação, vamos, daqui a pouco, iniciar a primeira reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, eu queria aqui, até, comunicar ao Secretário de procurarmos trabalhar uma forma, não sei se através de uma subcomissão, par que consigamos ter um acompanhamento da execução orçamentária de maneira mais rápida.



A situação de congelamentos. Porque se fez um grande trabalho no sentido de destinar o orçamento, organizar o orçamento desta Casa. Eu não vi se houve vetos em algum ponto do orçamento.

**O SR. RICARDO NUNES** – Houve, Presidente. O nobre Secretário Caio Megale instruiu ao Prefeito a vetar a autorização de manejo das Prefeituras Municipais...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nesse quesito, os governos estão se entendendo bem.

**O SR. RICARDO NUNES** – É. Mas também podemos dizer que a grande inovação que a Comissão fez foi sancionada como... principalmente os critérios de maior fiscalização e controle e até aproveitar a oportunidade para reclamar de ter vetado esses dois artigos, mas também agradecer pela sanção de tantos outros artigos importantes, principalmente na área de controle das OSs, que vimos desde a época da LDO, como agora do orçamento, colocando dispositivos de maior controle com relação às OSs.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT)** – Então, a ideia que surgiu nas próprias audiências públicas é o mecanismo mais rápido de acompanhamento da execução orçamentária. Evidente que a cada quatro meses o Secretário estará conosco para colocar o que...então acho que nós discutir na Comissão mecanismo que a gente possa...A Vereadora Soninha acompanha muito e voltou à Comissão e vai nos ajudar muito, papel importante. Adriana Ramalho está vindo para esta Comissão. Basicamente seremos os mesmos de alguns anos. Ricardo Nunes está há cinco anos comigo aqui. Então seria um mecanismo de acompanhar a situação de congelamento.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Pode pautar que pelo menos uma vez por mês a Comissão analisa a execução orçamentária. No site é atualizado em tempo real praticamente, diariamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT)** – Não precisa estar necessariamente o Secretário, o Ahmed pode nos ajudar nisso. Isso foi um apelo feito nas audiências públicas, que a gente consiga acompanhar de maneira mais sistemática a execução orçamentária.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Presidente, só uma contribuição. Desde o ano passado a nossa assessoria tem acesso ao cubo. A gente ficou aqui brigando, brigando,

brigando e agora temos a senha. Então, os membros da Comissão tem diariamente tudo o que a Prefeitura vai gastando, vai pagando detalhadamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) –** Maravilha.

**O SR. RICARDO NUNES –** Sr. Presidente, antes de encerrar, eu queria escutar o Tribunal de Contas com relação à apresentação da gestão fiscal acumulado até o terceiro quadrimestre de 17, se tem algum relatório, algum apontamento negativo com relação à apresentação. Eu gostaria de ter isso em Nota Taquigráfica.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) –** Eu até fiz uma pergunta em *off*, que não precisa ser *off*, que parece que o prazo final que vocês têm para o relatório da gestão financeira passada é até junho. É isso?

**O SR. MARCOS CHUST –** Isso. Até o final de junho o Tribunal de Contas deve estar emitindo o parecer das contas de 2017. Sobre as metas fiscais, a meta de resultado primário foi observada e nominal também. A única crítica – que já havíamos feito no ano passado - é sobre a fundamentação da revisão das metas porque o resultado primário novamente mostra que está muito acima do que foi revisado. Então, há uma crítica. A gente já fez o trabalho sobre as metas fiscais e constou uma critica apenas quanto à revisão das metas que é proposta pela Prefeitura não está muito razoável. Nominal também não porque a Prefeitura aumentou a meta de resultado nominal e a dívida fiscal líquida na verdade reduziu bastante.

Então, a gente tem certa crítica com a revisão das metas. Não que elas não possam ser revisadas, mas tem de ter um pouco mais de razoabilidade na alteração das metas. Só isso.

**O SR. RICARDO NUNES –** Sr. Presidente, já imaginava que o Marcos fosse falar isso. Se V.Exa. pudesse pedir ao Sr. Secretário deixar explicado. Esse é um assunto que toda vez a gente vê na LDO, no orçamento, principalmente por causa do valor que está lá em operações urbanas. Então acho que era importante se V.Exa. pudesse pedir ao Secretário

fazer as suas considerações em relação ao que o Tribunal de Contas aponta.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT)** – Pode ser como forma de encerramento?

**O SR. CAIO MEGALE** – Ótimo. Esse é um apontamento recorrente que faz sentido, quer dizer, a gente calibra a meta olhando para nossas projeções de receita e despesa, mas tem uma grande incerteza aí que é a execução das receitas de exercícios anteriores, o que fundamentalmente os fundos que tem destinação específica, especialmente, operações urbanas que podem gerar uma variação de superávit de um ano para o outro.

A outra diz respeito às operações de crédito porque operações de crédito é uma receita não primária que gera uma despesa primária. Então, vamos supor que o orçamento está equilibrado e eu consigo um empréstimo de 100 milhões no banco. Este empréstimo, eu pego o dinheiro emprestado e construo uma ponte. Esta operação gera um déficit primário de 100 milhões porque é uma receita não primária - não entra no déficit – e é uma despesa primária. Como eu não sei quanto de execução de crédito eu vou conseguir porque depende de muitos fatores alheios à nossa vontade, tem um grau de incerteza grande por conta disso e também, de novo, da execução das operações urbanas e outras receitas de exercícios anteriores.

Por exemplo, o Fundurb tem um resultado de exercícios anteriores que pode ser - Fundurb 30% dele tem que ser destinado à aquisição de terrenos. Se você não usa esse recurso para aquisição de terrenos por dois anos, no terceiro ano ele é liberado. Se não fizer sentido adquirir mais terrenos para as operações, espera-se dois anos e aí executa com outra coisa, só que isso é uma receita de dois anos atrás com uma despesa primária daquele ano. Então, talvez penso que a gente poderia fazer grupos de trabalho para estabelecer metas, além da meta global legal, estabelecer metas que excetuassem esses dois fatores e uma meta de receitas e despesas correntes do Tesouro e aí a gente trabalha com aquele parâmetro. Aí, nenhum desses fatores de incerteza pode mexer a meta para um lado ou para o outro.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Você tem uma receita em um ano e vamos dizer

que naquele ano é um superávit se não gastar aquilo. E daqui a dois anos você vai gastar aquilo que não entrou aquele ano. Quer dizer, não tem outro jeito, imagino.

**O SR. CAIO MEGALE** – Teoricamente, você poderia colocar isso na meta e estabelecer. Só que eu não sei se a gente vai executar aquilo ou não. Então, por via das dúvidas e como tem implicações importantes, nós colocamos ali. Se a Secretaria fim não executa, acaba virando um superávit que não estava previsto na meta.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT)** – Obrigado, Secretário. Nada mais a tratar, declaro encerrada a audiência pública.